



**Seção Judiciária do Distrito Federal
14ª Vara Federal Cível da SJDF**

PROCESSO: 1006505-14.2017.4.01.3400

CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA (120)

IMPETRANTE: RHA ENGENHARIA E CONSULTORIA S/S LTDA - EPP

IMPETRADO: PRESIDENTE DA COMISSÃO TÉCNICA DE JULGAMENTO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA OBJETO DO EDITAL 8/2016 DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA, UNIÃO FEDERAL, PRESIDENTE DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA, COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF, BECK DE SOUZA ENGENHARIA LTDA

SENTENÇA TIPO "C"

I – Relatório:

Cuida-se de mandado de segurança individual, com pedido de liminar, impetrado por **RHA ENGENHARIA E CONSULTORIA SS LTDA** contra ato atribuído ao **Presidente da Comissão Técnica de Julgamento da Concorrência Pública Objeto do Edital 8/2016 da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e ao Parnaíba e Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Valores do São Francisco e do Parnaíba e outro**, objetivando a concessão da segurança para declarar a ilegalidade praticada pela Comissão de Licitação, a qual teria usurpado a competência de autoridade superior para análise de petição (Presidente da Diretoria Executiva da CODEVASF), com a anulação dos atos administrativos praticados no decorrer de certame público, a fim de reconhecer a ilegalidade do julgamento da proposta técnica, que atribuiu nota inferior à impetrante.

Noticiou que está participando do Edital de Concorrência – Técnica e Preço – n. 008/2016, que tem por objeto a elaboração do diagnóstico da situação dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Parnaíba, localizado nos estados do Piauí, Maranhão e Ceará. Sustentou, em suma, que houve equívoco da



Comissão de Licitação na contagem das páginas que integram a proposta técnica apresentada no âmbito da Concorrência – Técnica e Preço – N. 008/2016, e que o recurso apresentado não foi direcionado à autoridade hierarquicamente superior (Diretoria Executiva da CODEVASF), mantendo a Comissão de Licitação a pontuação atribuída, por suposta intempestividade do recurso.

Atribuiu à causa o valor de R\$ 20.000,00, juntou documentos e recolheu custas (fl. 425).

À fl. 457, a União requereu seu ingresso no feito.

464. Pedido liminar indeferido (fls. 435/436). Decisão agravada por instrumento, conforme fl.

Informações prestadas às fls. 502/515.

Contestação de PROFILL ENGENHARIA E AMBIENTE LTDA juntada às fls. 484/486, alegando sua ilegitimidade passiva, eis que não restou vencedora do certame em testilha. Referida empresa foi excluída da lide, conforme decisão de fls. 624/625, que determinou a citação da empresa que se sagrou vencedora na licitação (CONSÓRCIO BECK DE SOUZA/MPB ENGENHARIA).

Contestação de CONSÓRCIO BECK DE SOUZA/MPB ENGENHARIA juntada às fls. 645/650, que alegou a ausência de interesse de agir e de ilegalidade do ato administrativo.

Parecer do MPF pela concessão parcial da segurança (fls. 666/668).

É o relatório.

II – Fundamentação:

O MPF apresentou parecer no sentido de conceder parcialmente a segurança para que seja resguardado o direito de petição da impetrante. Vejamos os seguintes excertos:

(...)

De certo que, com o destino que tivera, o impetrante assevera que a sua demanda foi submetida à decisão ilegal, a qual prejudicou, durante o resto do transcurso licitatório. Portanto, pretende-se que os efeitos dos atos da Comissão de Licitação da Concorrência Pública, objeto do Edital 8/2016, sejam anulados, até o momento em que houve o protocolo do seu requerimento.

Ante o exposto determinou-se que o Ser. Presidente da CODEVASF abstinhasse-se de assinar o contato administrativo com o licitante tido por vencedor ou, caso já tivesse assinado aquele, que fossem suspensos os efeitos da relação jurídica dali constituída, até o esgotamento da tutela em referência.



(...)

No caso em tela, observa-se que a Comissão de Licitação negou o encaminhamento de petição da impetrante, que conforme os termos da inicial, pugnava pelo seu conhecimento “como Recursos ou, sucessivamente, como Reclamação (nos termos do artigo 109, II, da Lei 8.666/90) ou como petição”.

Com efeito é garantido a todos o direito de petição, conforme assegura a Constituição no seu art. 5º, XXXIV, alínea “a”, bem como a Lei n. 9.784/99.

Em que pese a referida manifestação não estar prevista na Lei n. 8.666, em especial em seu art. 109, ela merece uma resposta por parte da autoridade destinatária.

Por outro lado, não há qualquer justificativa para atribuição de efeito suspensivo ao exercício do direito de petição, conforme pugna a impetrante no item “e”, inciso III, do pedido.

Por fim, não há cabimento do pedido “f” da inicial, no qual se pede o reconhecimento da ilegalidade do julgamento da comissão, por incompatibilidade com os pedidos anteriores. Ademais, a recontagem dos pontos do critério de objetividade, se vitoriosa a pretensão do impetrante, implicaria em uma revisão da pontuação de todas as propostas, a bem da isonomia.

3. CONCLUSÃO

Nesse sentido, opina pela concessão parcial da segurança, apenas para que a autoridade encaminhe a petição à Diretoria Executiva que poderá responder ao requerimento como entender de direito.

Contudo, diante da notícia de que já houve a adjudicação do objeto do objeto do certame, com a celebração do contrato administrativo com o Consórcio Beck de Souza MPB Engenharia (fls. 506/507 e 647), resta evidenciada a falta de interesse de agir da parte impetrante, ante a perda superveniente do objeto da presente demanda, porquanto a análise de seu último requerimento administrativo não tem o condão de mudar o resultado do procedimento licitatório.

III – Dispositivo:

Pelo exposto, **denego a segurança** em virtude da ausência de interesse de agir da impetrante (art. 6º, §5º, da Lei n. 12.016/2009 c/c art. 485, inciso VI, do CPC/2015).



Custas *ex lege*. Sem honorários advocatícios (art. 25 da Lei n. 12.016/09).

Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se.

Brasília-DF, 11 de outubro de 2018.

(assinado digitalmente)

Waldemar Cláudio de Carvalho

Juiz Federal Titular da 14ª Vara do DF





16/11/2018

Número: **1006505-14.2017.4.01.3400**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA**

Órgão julgador: **14ª Vara Federal Cível da SJDF**

Última distribuição : **03/07/2017**

Valor da causa: **R\$ 2.341.011,68**

Assuntos: **Edital**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RHA ENGENHARIA E CONSULTORIA S/S LTDA - EPP (IMPETRANTE)		EDUARDO MUNHOZ DA CUNHA (ADVOGADO)	
PRESIDENTE DA COMISSÃO TÉCNICA DE JULGAMENTO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA OBJETO DO EDITAL 8/2016 DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (IMPETRADO)			
UNIÃO FEDERAL (IMPETRADO)			
PROFILL ENGENHARIA E AMBIENTE LTDA (IMPETRADO)			
PRESIDENTE DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E PARNAIBA (IMPETRADO)			
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA - CODEVASF (IMPETRADO)			
BECK DE SOUZA ENGENHARIA LTDA (IMPETRADO)		LUCAS SARETTA FERRARI (ADVOGADO)	
Ministério Público Federal (Procuradoria) (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
20532991	16/11/2018 10:00	Manifestação	Manifestação

EXMO. SR. JUIZ FEDERAL DA 14ª VARA FEDERAL CÍVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO
FEDERAL

MANDADO DE SEGURANÇA - INDIVIDUAL 10065051420174013400/DF

IMPETRANTE: RHA ENGENHARIA E CONSULTORIA S/S LTDA - EPP

IMPETRADO: PRESIDENTE DA COMISSÃO TÉCNICA DE JULGAMENTO DA CONCORRÊNCIA
PÚBLICA OBJETO DO EDITAL 8/2016 DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO
SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA E OUTROS.

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA,
por sua representante judicial subscritora, vem perante Vossa Excelência informar que está ciente da sentença
proferida nos autos.

Brasília, 16 de novembro de 2018.

VANESSA COSTA TOLENTINO

OAB/DF 20.231





PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - 14ª VARA

PIS.

Proc.: 1280117-31

Rubrica - PR/AJ

Processo nº: 1006505-14.2017.4.01.3400

Considerando o trânsito em julgado da Sentença, certificado em ID 2612131, intime-se a impetrante para comprovar, nos autos, o recolhimento das custas finais, no prazo de 15 (quinze) dias.

Cumprida a diligência e não havendo requerimentos a serem apreciados, arquivem-se os autos.

Não cumprida a diligência acima, intime-se a PFN para manifestar-se, no prazo de 10 (dez) dias.

Brasília, 15 de janeiro de 2019

(assinado digitalmente pelo juiz)

Alínea a da Tabela I da Portaria PRESI 5620348 : *Paga-se a metade (50%) do valor das custas iniciais no ajuizamento da ação e a outra metade (50%) será exigida do vencido ou do recorrente, quando da interposição do recurso, além do porte de remessa e de retorno dos autos com base na Tabela VII, sob pena de deserção (art. 1.007 do CPC).*

Item 3 do anexo II da Portaria PRESI 5620348: *O requerente deverá acessar a página eletrônica do Tribunal (www.trf1.jus.br), na opção "Serviços", clicando em "Cálculo de Custas e Despesas Processuais", para fins de emissão da GRU.*

Dúvidas quanto ao preenchimento: favor entrar em contato com a SECAJ (secaj.df@trf1.jus.br (mailto:secaj.df@trf1.jus.br)) ou na Secretaria da Vara (14vara.df@trf1.jus.br).

Assinado eletronicamente por: EDUARDO SANTOS DA ROCHA PENTEADO

15/01/2019 17:49:40

<http://pje1g.trf1.jus.br:80/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 28759948



19011517422172600000028572054

IMPRIMIR

GERAR PDF